



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Processo n.º 48648-25.2020

Assunto: COGED – Manutenção de equipamentos de microfilmagem e digitalização.

Parecer n.º. 231/2020

1. Retornam a esta Assessoria de Licitações e Contratos os autos do processo com vistas à contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de microfilmagem e digitalização, para análise de impugnações ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 29/2020, apresentadas pela Diagrama Tecnologia e pela 4U Digital Comércio e Serviços Eireli, por meio dos documentos n.ºs 381168 e 381199, respectivamente.
2. Ambas as empresas alegam, em apertada síntese, que a reunião de equipamentos de distintas marcas em um mesmo lote restringe a competitividade do certame, tendo em vista que o fornecimento de peças e a prestação de serviços de manutenção de algumas delas são exercidos com exclusividade pelo fabricante.
3. Instada a se manifestar, a Unidade demandante, por meio do documento n.º 381171, aduziu que a contratação não envolve o fornecimento de peças, que é obrigação do Contratante. Ademais, esclareceu que o TRE-BA compra peças e suprimentos compatíveis com os equipamentos (não necessariamente os originais), o que evidencia que os mesmos estão fora do período de garantia, sendo, portanto, possível a contratação de empresas não autorizadas pelo fabricante para a prestação dos serviços de manutenção.
4. Doutro turno, a Seção de Análise e Aquisições ponderou, no documento n.º 381173, que a pesquisa de preços evidenciou a existência, no mercado, de empresas que trabalham exclusivamente com uma das marcas ou modelos de equipamento dos lotes e que, desta forma, estariam alijadas da disputa.
5. Em que pese o quanto esclarecido pela Seção de Arquivos, as informações trazidas pela SEAQUI, que reiterou suas considerações acerca da escassez de fornecedores no segmento, deixam claro que a reunião dos itens em lotes, ainda que se tratando de agrupamento por tipo de equipamento, representa prejuízo à ampla competitividade.

(Fl. 2 do Parecer nº 231/2020)

5.1. Assim, entendemos que as razões apresentadas pelas empresas em suas impugnações devem ser acatadas, para determinar a alteração do instrumento convocatório quanto ao particular, promovendo-se o desmembramento do objeto em itens, consoante a Súmula 247 do TCU, em vista da divisibilidade do mesmo.

É o parecer.

Salvador, 14 de maio de 2020.

Claudia Costa
Analista Judiciário

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”.